



**REVISTA OPINIÃO FILOSÓFICA**

ISSN: 2178-1176

**Desterritorialização, tanatologia e mudança climática: uma leitura de  
Capitalismo e esquizofrenia para um mundo em ruínas**

**Deterritorialization, thanatology and climate change: a reading of  
capitalism and schizophrenia for a world in ruins**

Gabriel Prado Rodrigues<sup>1</sup>.

Adamo Bouças Escóssia da Veiga<sup>2</sup>.

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1224>

**Resumo**

O presente artigo procura mobilizar o referencial teórico desenvolvido nos dois tomos de Capitalismo e esquizofrenia, de Deleuze e Guattari, diante da crise climática em curso. Objetivamos mobilizar a conceptualização acerca do capitalismo ali desenvolvida a fim de oferecer uma análise que, em consonância com o trabalho de Jason Moore, permita compreender a relação entre capitalismo e crise ecológica. Nosso foco será sobre os conceitos respectivos de desterritorialização e de reterritorialização capitalista. Neste sentido, articulamos o pensamento aceleracionista de Nick Land, no contexto de sua defesa da aceleração da desterritorialização capitalista, a fim de lançar luz sobre os graves perigos que ela coloca diante da biosfera para, em seguida, analisarmos a sua relação com a dinâmica capitalista de espoliação das naturezas extra-humanas. Por fim, concluímos que a defesa landiana da desterritorialização consiste em um movimento de horizonte suicidário.

**Palavras-chave:** filosofia e questão ambiental; capitalismo e esquizofrenia; capitaloceno; aceleracionismo.

---

<sup>1</sup> Doutorando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com bolsa CAPES; realizando doutorado-sanduíche no California Institute of the Arts, com bolsa CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3912-141X>. E-mail: gabrielpradow@gmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa FAPERJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5485-0073>. E-mail: adamo.veiga1@hotmail.com.

## Abstract

This article seeks to mobilize the theoretical framework developed in the two volumes of *Capitalism and Schizophrenia* by Deleuze and Guattari in the face of the ongoing climate crisis. We aim to mobilize the conceptualization of capitalism developed there in order to offer an analysis that, in line with Jason Moore's work, allows us to understand the relationship between capitalism and the ecological crisis. Our focus will be on the respective concepts of deterritorialization and capitalist reterritorialization. In this sense, we articulate Nick Land's accelerationist thinking, in the context of his defense of the acceleration of capitalist deterritorialization, in order to shed light on the serious dangers it poses to the biosphere and then analyze its relationship with the capitalist dynamic of plundering extra-human natures. Finally, we conclude that Land's defense of deterritorialization consists of a suicidal horizon movement.

**Keywords:** philosophy and environmental issues; capitalism and schizophrenia; capitalocene; accelerationism.

## Introdução

No presente trabalho, objetivamos analisar a mudança climática que se agrava, a partir da teorização acerca do capitalismo desenvolvida por Deleuze e Guattari nos dois tomos de *Capitalismo e esquizofrenia*. A relação entre o capitalismo e a crise climática tem sido frisada por uma série de análises (Fraser, 2022; Povinelli, 2021) e, neste sentido, Jason Moore (2015) cunha o termo Capitaloceno para descrever a nova era geológica produzida pela ação humana. Deste modo, há interesse na mobilização da influente análise do modo de produção capitalista desenvolvida por Deleuze e Guattari, sendo dois dos elementos centrais desta teorização, precisamente, os conceitos de desterritorialização e de reterritorialização. Para os autores, o capitalismo opera a partir da desterritorialização e da reterritorialização em um movimento de perpétuo deslocamento das fronteiras do capital. O primeiro conceito, grosso modo, designa uma tendência à produção de novidade e à expansão continuada; o segundo remete à necessidade de apropriação e de inscrição da novidade e da diferença assim liberadas. Assim, nossa análise será orientada pelo problema da *desterritorialização capitalista*.

Proponente da primeira versão do que se denominou aceleracionismo, no contexto da teoria contemporânea, o trabalho de Nick Land gira em torno de uma enfática defesa da desterritorialização capitalista. Ainda que o próprio aceleracionismo tenha sofrido mutações, em ramificações mais recentes, que não necessariamente

concebem o conceito de aceleração da mesma maneira,<sup>3</sup> a análise do conceito landiano de desterritorialização ajuda a clarificar a relação entre o capitalismo e a questão climática dentro do escopo conceitual de Deleuze e Guattari. A defesa de uma desterritorialização acelerada, para Land, desdobra-se de uma célebre passagem de *O anti-Édipo* (2010), na qual Deleuze e Guattari escrevem:

Mas haverá alguma via revolucionária? — Retirar-se do mercado mundial, como Samir Amin aconselha aos países do Terceiro Mundo, numa curiosa renovação da “solução econômica” fascista? Ou ir no sentido contrário, isto é, ir ainda mais longe no movimento do mercado, da descodificação e da desterritorialização? Pois talvez os fluxos ainda não estejam suficientemente desterritorializados e suficientemente descodificados, do ponto de vista de uma teoria e de uma prática dos fluxos com alto teor esquizofrênico. Não retirar-se processo, mas ir mais longe, “acelerar o processo”, como dizia Nietzsche: na verdade, a esse respeito, nós ainda não vimos nada (Deleuze; Guattari, 2010, p. 319).

Seria o caso, efetivamente, de desterritorializar ainda mais, como o trecho acima *parece* indicar? Em que medida a mudança climática de origem antropogênica se relaciona à desterritorialização capitalista e nos permite pensar a problemática de sua aceleração, assim como a desejabilidade dessa aceleração ela mesma? Para oferecer uma possível resposta a este conjunto emaranhado de indagações, trabalharemos a partir de dois movimentos. Em primeiro lugar, analisaremos a defesa da radicalização da desterritorialização no pensamento aceleracionista de Nick Land; em segundo lugar, trataremos da noção de capitalismo de Deleuze e Guattari, relacionando-a ao pensamento ambiental marxista de Jason Moore. No primeiro movimento, trata-se de apresentar o par conceitual desterritorialização e reterritorialização, procurando mostrar como a defesa da desterritorialização radicalizada revela, no que ela própria tem de extremada, os perigos que o modo de produção coloca em relação à biosfera terrestre. No segundo movimento, trata-se de situar propriamente o par conceitual desterritorialização/reterritorialização na problemática ambiental, a partir do referencial teórico desenvolvido por Jason Moore. Neste sentido, optamos por este referencial, pois, em razão de seu marxismo, acaba por ser solidário ao conceito deleuzo-guattariano de capitalismo.<sup>4</sup> De modo análogo, dado que se trata de analisar a desterritorialização capitalista, faz-se necessária uma análise do imperialismo e do colonialismo que lhes

---

<sup>3</sup> Para um apanhado introdutório de algumas das posições aceleracionistas assim como de textos que as integram, incluindo suas variações à esquerda do espectro político, cf. AVANESSIAN, Armen; MACKAY, Robin (eds.). *#Acceletare: The Accelerationist Reader*. Falmouth: Urbanomic, 2014.

<sup>4</sup> Para uma análise da relação entre Deleuze e Guattari e o marxismo, cf. Guerón, Rodrigo, 2020.

são correlatos (Moufawad-Paul, 2011). Ademais, dado que, progressivamente, a crise ambiental tem sido correlacionada ao colonialismo ocidental (Andrews, 2021; Ferdinand, 2022; Fraser, 2022; Moore, 2015; Povinelli, 2021), é imperativo que uma análise de nossa presente condição ecológica tome o colonialismo como um de seus elementos centrais. Argumentaremos, então, que a desterritorialização capitalista é, simultaneamente, colonialismo e espoliação ambiental – a máquina capitalista, na sua desterritorialização, requer a apropriação do que Moore (2015) denomina naturezas baratas, eixo em que o colonialismo é constitutivo do modo de produção capitalista assim como é constituído por ele.

Por fim, a partir dos dois movimentos acima descritos, a análise da desterritorialização landiana e a conjugação do pensamento de Moore com o de Deleuze e Guattari, conclui-se que a radicalização da desterritorialização capitalista é um movimento suicidário em consonância com a opção das elites mundiais que, como defende Latour (2020b), optaram por nada fazer diante da catástrofe que acelera. O capitalismo estaria em vias de aceleração crescente como resultado desta opção, o que, para Latour, expressa-se na hegemonia neoliberal e na ascensão da extrema direita. O neoliberalismo consiste, como pretendemos demonstrar, em uma nova onda de desterritorialização que, no mesmo movimento em que desterritorializa, provoca movimentos de reterritorialização que se expressam na extrema-direita, com suas fantasias palingenéticas (Da Veiga, 2022) e de retorno à pureza do território. No entanto, o próprio clima do planeta foi desterritorializado: os padrões metaestáveis constitutivos do Holoceno são desestratificados pela ação capitalista. Cabe, então, indagar se a reterritorialização capitalista é ainda capaz de fornecer territorialidade suficiente para conter aquilo que seu modo de produção produz a nível planetário.

### **Desterritorialização e capitalismo em Deleuze e Guattari**

Primeiramente, devemos analisar os conceitos de desterritorialização e de reterritorialização em sua relação com o modo de produção capitalista, conforme formulados na obra de Deleuze e Guattari. Voltar-nos-emos para a desterritorialização capitalista, sem desconsiderar que esta não é a única forma de desterritorialização possível no interior da filosofia de Deleuze e Guattari. A amplitude ontológica do

conceito não permite circunscrevê-lo apenas à sua operatória no modo de produção capitalista. Não obstante, para os fins propostos, tomaremos por foco, exclusivamente, o modo como a desterritorialização opera no capitalismo, assim como em seus efeitos intrínsecos: o colonialismo, o imperialismo e a devastação ecológica.

No contexto em que é introduzido, em *O anti-Édipo*, o conceito de desterritorialização possui dois modelos paradigmáticos. No primeiro, é um dos principais conceitos que, em conjunto, circunscrevem o horizonte conceitual ontológico de *Capitalismo e esquizofrenia*, dentre os quais devemos destacar *território*, *desterritorialização* e *reterritorialização* (Zourabichvilli, 2004, p. 45).

Em primeiro lugar, em se tratando da noção de *território*, para além de um contexto meramente geográfico, “os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam a outros existentes e aos fluxos cósmicos” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323). Nesse sentido, um território “circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos” (Zourabichvilli, 2004, p. 46). Ele designa também “o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323). O território abrange todo arranjo organizacional, assim como a particularidade de seu funcionamento respectivo, o que deve ser compreendido no sentido mais amplo possível: filosófico, mas também físico, psicológico, semiótico etc.

Já a desterritorialização corresponde ao movimento pelo qual um território acaba por “abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e *se destruir*. [...] A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323, grifo nosso). Em um conhecido exemplo de *Mil platôs*, a relação de comensalismo entre a vespa e a orquídea, em que as flores da segunda mimetizam vespas fêmea para atrair vespas macho, dir-se-á que “a orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 26). Em outros exemplos de desterritorialização, Deleuze e Guattari escrevem que partículas e substâncias químicas passam por “limiares de desterritorialização que correspondem a

estados intermediários mais ou menos estáveis” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 88), assim como a terra, na agricultura, é repartida “entre os homens em função de um critério quantitativo comum (fertilidade igual por superfície)” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 144). Em suma, em toda dinâmica existente, há processos de desterritorialização, seguidos por suas respectivas reterritorializações (Lapoujade, 2015, p. 41).

O segundo modelo da desterritorialização é aquele por meio do qual o conceito é introduzido, como um dos mecanismos fundamentais do capitalismo: “a desterritorialização do *socius*” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 52) ou da “máquina social” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 50). Nesse ponto, Deleuze e Guattari retomam, à sua maneira, a tese marxista sobre o caráter revolucionário do capitalismo, no sentido de que ele se estabelece inicialmente na desestabilização radical das estruturas de sistemas socioeconômicos anteriores, através da descodificação de todos os fluxos. Por outro lado, o termo “produção”, situado, no marxismo, sobretudo em uma esfera econômica, ganha, em Deleuze e Guattari, um sentido ontológico mais amplo através do conceito de *produção desejante*. Esta equivale a um movimento, em devir ou em *fluxo*, de gênese da realidade, modelo ontológico que define também a concepção deleuzo-guattariana de desejo. É possível dizer, nesse sentido, que “o desejo produz o real” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 48), sem, no entanto, recair em qualquer idealismo ingênuo. Antes, trata-se de defender que o que *gera e move* o real é da mesma matéria que o desejo, enquanto força que engendra e faz funcionar a subjetividade.<sup>5</sup>

Nesse contexto, a máquina social ou *socius* equivale, justamente, a um “corpo pleno” ou “superfície na qual toda a produção se registra e parece emanar da superfície de registro” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 22). Devemos entender a noção de “corpo pleno” como indicativa de uma estrutura relativamente estável que organiza, “registra” a força genética da produção desejante, que se manifesta, inicialmente, em estado “fluido”. Nesse sentido, todo sistema socioeconômico possui um *socius*<sup>6</sup>, em que a produção desejante constitui a base da produção social. Diferentemente dos sistemas

---

<sup>5</sup> “Dizer que o desejo é parte da infraestrutura se resume a dizer que a subjetividade produz a realidade. A subjetividade não é uma superestrutura ideológica” (Guattari apud. Lazzarato, 2014, p. 7). Como também declara o *O anti-Édipo*, “a produção social é unicamente a própria produção desejante em condições determinadas” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 46).

<sup>6</sup> “o corpo da Terra, o corpo do Déspota, o corpo do Dinheiro [...]. O problema do *socius* tem sido sempre este: codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado” (Ibidem, p. 51).

anteriores, no entanto, que dependiam de códigos<sup>7</sup> dotados de certa estabilidade, o que se corporificava, por exemplo, em uma divisão rígida entre hierarquias e estamentos socioeconômicos, o capitalismo estabelece suas bases sobre elementos descodificados. Abstraindo dos aspectos “qualitativos”, marcados pelas codificações respectivas dos fluxos que engloba, a dinâmica do capitalismo se torna, com efeito, extremamente plástica, sua fórmula monetária de equivalência sendo flexível o suficiente para abarcar praticamente qualquer coisa.<sup>8</sup> Essa plasticidade radical, encarnada, por exemplo, na forma acelerada pela qual a circulação de Capital se apropria de materiais de contextos completamente distintos, o que inclui formações sociais pré-capitalistas, assim como naturezas extra-humanas, justifica que Deleuze e Guattari definam o capitalismo por um movimento esquizofrênico.

Subsiste, no entanto, uma distinção fundamental entre a esquizofrenia do capitalismo e o que Deleuze e Guattari denominam esquizofrenia *como processo*. Escrevem os autores que

a produção desejante está no limite da produção social; os fluxos descodificados, no limite dos códigos e das territorialidades; [...]. Falaremos de limite absoluto toda vez que os esquizo-fluxos passem através do muro, embaralhem os códigos e desterritorializem o *socius* [...]. Em segundo lugar, entretanto, o *limite relativo* é tão só a formação social capitalista, porque ela maquina e faz correr fluxos efetivamente descodificados, mas substituindo os códigos por uma axiomática contábil ainda mais opressiva. De modo que o capitalismo, em conformidade com o movimento pelo qual ele contraria sua própria tendência, não para de se aproximar do muro e, ao mesmo tempo, de afastá-lo. A esquizofrenia é o limite absoluto, mas o capitalismo é o limite relativo (Deleuze; Guattari, 2010, p. 233).<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Sobre as noções de codificação e de sobrecodificação, cf., por exemplo, *ibidem*, pp. 263-265.

<sup>8</sup> “No caso do trabalhador livre, temos a desterritorialização do solo por privatização; a descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; a privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, a descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. No caso do capital, temos a desterritorialização da riqueza por abstração monetária; a descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; a descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas; a descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial, etc (Ibidem, p. 299).

<sup>9</sup> Aqui, deve-se ter também em mente a distinção entre os dois modelos de esquizofrenia, de *O que é filosofia?*: “num caso, o esquizofrênico é um personagem conceitual que vive intensamente no pensador e o força a pensar, no outro é um tipo psicossocial que reprime o vivo e lhe rouba seu pensamento” (Deleuze; Guattari, 1997, pp. 93-94). A “esquizofrenia”, no sentido utilizado no *O anti-Édipo*, refere-se ao esquizofrênico como personagem conceitual, portanto, refere-se também à esquizofrenia como “processo de produção que é o do desejo” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 17), não como atributo de um “tipo psicossocial”. Este último também aparece no *Anti-Édipo*, mas como a “figura autista, hospitalizada, separada da realidade” (Ibidem, p. 122) do esquizofrênico já adoecido. Para exemplificar um tal processos de adoecimento, podemos pensar na caracterização, realizada por Antonin Artaud, sobre a relação entre a “genialidade” de Vincent Van Gogh e a repressão psiquiátrica, em *Van Gogh, O suicidado da sociedade* (1947).

A desterritorialização esquizofrênica corresponde à criação *tout court*, o que envolve processos de desintegração e diferenciação, por exemplo, tanto de eventos naturais quanto de eventos psíquicos e sociais. Nesse caso, a desterritorialização possui, portanto, limites imanentes a cada um de seus contextos particulares de aplicação, mas não possui limites *a priori*. Em contraste, o capitalismo institui um limite artificial para toda desterritorialização. Esse limite é, justamente, o que Deleuze e Guattari denominam uma “axiomática das quantidades abstratas que vai sempre mais longe no movimento da desterritorialização do *socius*” (Deleuze; Guattari, p. 2010, p. 51).

Na filosofia, como na matemática, a noção de axioma designa uma proposição ou um teorema como base para todos os outros.<sup>10</sup> Uma axiomática indica nada menos que um sistema de axiomas. Ora, se um axioma não deve ser justificado ou interpretado, mas serve, justamente, para *fundar* a estrutura de que faz parte, um sistema de axiomas deve ser concebido como um sistema de regras. No capitalismo, os axiomas funcionam como “enunciados operatórios que constituem a forma semiológica do Capital e que entram como partes componentes nos agenciamentos de produção, de circulação e de consumo. [...] Nesse sentido, um fluxo pode constituir o objeto de um ou vários axiomas” (Deleuze; Guattari, 2017, pp. 174-175).<sup>11</sup> A natureza instrumental, formalmente *operatória* da axiomática permite que a forma-valor capitalista faça uso de “quantidades abstratas”: “a moeda como equivalente geral representa uma quantidade abstrata indiferente à natureza qualificada dos fluxos” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 114).<sup>12</sup> Não obstante, é também esse elemento formal que torna a axiomática restritiva, pois se trata de uma operacionalização cuja *raison d'être* mesma é, unicamente, a extração de mais-valor – e, como veremos mais a frente, também é o que permite a

---

<sup>10</sup> Sobre o assunto, cf. Blanché, Robert. **La Axiomática**. Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. 1955. Disponível em: <http://www.seminariodefilosofiadelderecho.com/BIBLIOTECA/B/robertblanchelaaxiomatica.pdf>. Acesso em 8 de dezembro de 2023.

<sup>11</sup> Como explica Fredric Jameson, axiomas “são operacionais; eles não oferecem nada para comentário ou exegese, mas em vez disso são meramente um conjunto de regras a ser colocado em prática. E é esse o sentido em que o capitalismo conserta a si próprio e supera suas contradições ao acrescentar novos axiomas” (Buchanan, 1999, p. 18). Em *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act* (1983), Jameson falará também de uma “axiomática da ideologia” (p. 171).

<sup>12</sup> Como explica ainda Thomas Nail, sobre a ideia de axiomatização: “Deleuze e Guattari não empregam a palavra ‘axiomática’ como uma ‘metáfora’ científica; a axiomática *social* não é derivada da axiomática científica, matemática ou lógica, mas o inverso: a verdadeira axiomática é aquela da máquina social ela mesma, que toma o lugar das antigas codificações e organiza todos os fluxos descodificados, incluindo os fluxos de códigos científicos e técnicos, em benefício do sistema capitalista e de seus fins (Nail, 2012, p. 60).”

expropriação das naturezas extra-humanas. Por princípio, a axiomática é, portanto, oposta à desterritorialização da esquizofrenia em processo, pois não pode se furtar a instituir um ponto “zero” ou mínimo além do qual a diferenciação não pode ir. Isso torna a axiomática, como escrevem Deleuze e Guattari, uma desterritorialização “relativa”, em vez de absoluta. Esse aspecto implica também que, no contexto do modo de acumulação capitalista, um processo de reterritorialização relativa é coextensivo à própria desterritorialização. Essa relatividade *a priori* se prolonga em uma criatividade igualmente relativa. Como escrevem Deleuze e Guattari,

O capitalismo instaura ou restaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, reter as pessoas derivadas das quantidades abstratas. Tudo repassa ou regressa, os Estados, as pátrias, as famílias. É isto que faz do capitalismo, na sua ideologia, “a pintura mesclada de tudo aquilo em que se acreditou”. O real não é impossível, ele é cada vez mais artificial. [...] Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia (Deleuze; Guattari, 2010, p. 53).

Nessa leitura, em vez de aniquilar por completo os signos de máquinas sociais anteriores, o capitalismo os reterritorializa no interior da axiomática na forma de territorialidades “residuais, artificiais ou factícias” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 490). O termo “factício” designa tanto a desterritorialização da axiomática como também o movimento que produz o “esquizofrênico artificializado” da psiquiatria (Deleuze; Guattari, 2010, p. 41), em oposição à “esquizofrenia como processo da produção do desejo e das máquinas desejanças” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 41).<sup>13</sup> É assim que a família e o Estado, por exemplo, são partes essenciais também do capitalismo,<sup>14</sup> passando a circular no corpo do Capital sob a condição mínima de se enquadrarem no

---

<sup>13</sup> Importante notar que, conforme Deleuze e Guattari, não há “um polo naturalista da esquizofrenia. O que o esquizofrênico vive especificamente, genericamente, de modo algum é um polo específico da natureza, mas a natureza como processo de produção” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 14). Em outras palavras, não se trata de uma oposição entre a indústria artificial e a esquizofrenia natural, mas de uma ressignificação da natureza, que, em seu estado “processual”, em fluxo, é igualada à esquizofrenia. Devemos também opor a declaração, do *O anti-Édipo*, de que “o real não é impossível, mas cada vez mais artificial” (Ibidem, p. 53) à afirmação, de *Mil platôs*, de que “o fluxo operatório e expressivo é tanto natural como artificial: é como a unidade do homem com a Natureza” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 94) e de que “a questão não é saber se o que é retido é natural ou artificial (fronteiras), uma vez que de toda maneira há desterritorialização” (Ibidem, p. 132).

<sup>14</sup> Esse aspecto demonstra também como, enquanto a desterritorialização absoluta redundava na descoberta nas “linhas de fuga do desejo” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 366), que reformulam completamente o horizonte posto de circulação do desejo, a desterritorialização relativa deixa alguns elementos intactos, em um movimento que se limita a “se reterritorializar de outra forma, em mudar de território” (Zourabichvili, 2004, p. 46).

amplo pano de fundo econômico vigente. Formações pré-capitalistas, como a escravidão e o patriarcado, igualmente, não são suprimidas, mas subsumidas ao capitalismo. Nesses casos, um elemento é retirado de seu antigo código, relativamente estável, e é novamente contextualizado em um modelo independente que formaliza sua relação em um novo conjunto funcional. O código, no entanto, não é, ele mesmo, eliminado por inteiro, mas passa a girar em torno da nova máquina social, o que funda uma dinâmica que “nunca para de contrariar, de inibir sua tendência, ao mesmo tempo em que nela se precipita; não para de afastar o seu limite, ao mesmo tempo em que tende a ele” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 53).

### **Desterritorialização em Nick Land: aceleração capitalista e tanatofilia suicida**

Após termos exposto os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, analisaremos a defesa de uma radicalização da desterritorialização capitalista como proposta pelo aceleracionismo de Nick Land. A interpretação landiana da dinâmica entre a desterritorialização e a reterritorialização, classificadas, respectivamente, como “dissolução e reinstituição da ordem social” (Land, 2012, p. 277), tem como ponto fulcral a oposição, delineada pelo autor, entre *O anti-Édipo* e *Mil platôs*. Em *Making it With Death*, texto de 1993, Land identifica o projeto de *O Anti-Édipo* como a continuidade do “Spinozismo transcendental, ou crítica da identidade” (Land, 2012, p. 272) de Deleuze, que, na acepção de Land, já era aquela de *Diferença e repetição*. No primeiro tomo de *Capitalismo e esquizofrenia*, de acordo com Land, a crítica deleuziana da identidade é aprofundada pela leitura, de Deleuze e Guattari, da oposição entre o corpo e os órgãos, proposta por Antonin Artaud:

Aqui encontramos um juízo de identidade de um tipo historicamente aberrante. O corpo é o corpo, mas apenas como uma repulsão dos órgãos ou a retração do Mesmo de qualquer organização específica. O compromisso de paz entre o corpo e seus órgãos que funda a ontologia Ocidental é ameaçado por um movimento violento de cisão, e um que não vem do sujeito, mas do corpo. É assim que Artaud antecipa a diferença no sentido deleuziano, que é dizer: identidade radicalmente transcendental (Land, 2012, p. 274).

O corpo sem órgãos, se pudermos explicar o conceito de forma extremamente resumida e esquemática, aparece no *O anti-Édipo* como “forma” ou plano de inscrição do desejo, portanto como base social do *socius* e base ontológica do real. No plano, o desejo é investido, marcado e registrado, o que organiza a natureza, a princípio, em

fluxo do desejo, o que origina o modelo da “máquina”. Deleuze e Guattari escrevem que não é aos órgãos que o corpo se opõe, mas ao organismo (Deleuze; Guattari, 2010, p. 431).<sup>15</sup> Sem os órgãos, o corpo se encontraria completamente sem preenchimento, vazio; o organismo, por outro lado, torna-se um problema somente na medida em que passa a representar um modelo de organização única e exclusiva do corpo.<sup>16</sup> O corpo sem órgãos se torna o “modelo da morte”, de acordo com Deleuze e Guattari, justamente quando, em vez de desterritorializar o organismo, chega ao ponto em que “repele e depõe os órgãos — nem boca, nem língua, nem dentes... até à automutilação, até ao suicídio” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 435), modelo representado, em *O anti-Édipo*, pelo “esquizofrênico de hospital”.

Podemos dizer que Land radicaliza a dicotomia corpo/organismo, nos termos do par conceitual identidade/diferença, ao afirmar que “a realidade da identidade é a morte, o que explica porque o organismo não pode coexistir com o que ele é” (Land, 2012, p. 274). Nesse caso, não apenas a desterritorialização se segue *tout court* da espontaneidade da matéria, como essa espontaneidade é tomada, em uma leitura idiossincrática de *Além do princípio do prazer*, como sinônimo de pulsão de morte, cuja “função é garantir que o organismo siga seu caminho para a morte, e para evitar quaisquer caminhos possíveis de retorno à existência inorgânica além daqueles que são imanentes ao próprio organismo” (Land, 2012, pp. 283-284). A desterritorialização de Land tende, portanto, sempre à direção peculiar de um “spinozismo tanatrópico” (Brassier; Mackay, 2012, p. 29), em que a morte, como movimento de retorno ao inorgânico, é instituída como vetor primordial da matéria.<sup>17</sup> Para Land, em *Mil platôs*, a

---

<sup>15</sup> Pode-se dizer que há momentos distintos, respectivamente, de atração e de repulsão “entre o corpo sem órgãos (capital em seu estado líquido) e as máquinas-desejantes (capital em seu estado investido e ligado)” (Buchanan, 2008, p. 61).

<sup>16</sup> Cf. os três grandes estratos, “que nos amarram mais diretamente”, o organismo, o sujeito e a significação: “O CsO grita: fizeram-me um organismo! dobraram-me indevidamente! roubaram meu corpo! O juízo de Deus arranca-o de sua imanência, e lhe constrói um organismo, uma significação, um sujeito. É ele o estratificado” (Deleuze; Guattari, 2015, p. 25).

<sup>17</sup> O aspecto “tanatrópico” da matéria, conforme Land, chega a ser nomeado como tal em *Fanged Noumena*, mas sobretudo em relação à certa leitura do capitalismo. De um ponto de vista conceitual, o “tanatropismo” é apresentado, e desenvolvido conceitualmente de forma mais detalhada por Land, no livro *Thirst for Annihilation: Georges Bataille and Virulent Nihilism* (1992). Nesse texto, a referência de Land para tratar do “tanatropismo” da matéria já é a pulsão de morte freudiana, mas também a economia do dispêndio solar de Georges Bataille. Sobre a guerra, como fenômeno paradoxal interrogado, de modo célebre, por Freud, no contexto Pós-Primeira Guerra, escreve Land: “Bataille não hesita nessa questão: ele localiza a guerra e a indústria dentro de uma economia geral como tendências respectivas ao dispêndio improdutivo e produtivo. A guerra é o movimento livre do fluxo solar através da terra, enquanto a indústria é sua inibição, de forma que a guerra é imbuída de características sagradas; [...]. Isso contesta imediatamente a redução leninista da guerra a motivações produtivistas, ficando em vez disso do lado de

política radical de aceleração dos fluxos de *O anti-Édipo* “é ameaçada por uma neurotização familiar” (Land, 2012, p. 278), formulação baseada na interpretação landiana do seguinte trecho, que explica a noção de corpo sem órgãos:

O CsO [corpo sem órgãos] é desejo, é ele e por ele que se deseja. Não somente porque ele é o plano de consistência ou o campo de imanência do desejo; mas inclusive quando cai no vazio da desestratificação brutal, ou bem na proliferação do estrato canceroso, ele permanece desejo. O desejo vai até aí: às vezes desejar seu próprio aniquilamento, às vezes desejar aquilo que tem o poder de aniquilar (Deleuze; Guattari, 2015, p. 32).

O contexto da discussão é a distinção entre, por um lado, o princípio do *O anti-Édipo* conforme o qual “nunca se irá suficientemente longe na desterritorialização, na descodificação dos fluxos” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 506), que o desejo deve levar “sempre mais longe um processo de desterritorialização” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 518); e, por outro lado, a noção de uma “desestratificação demasiado brutal, imprudente”<sup>18</sup> (Deleuze; Guattari, 2015, p. 31), de *Mil platôs*. Land afirma que o fator essencial dessa distinção é uma diferença na análise da relação entre o Nacional-Socialismo, na transição entre *O anti-Édipo* e *Mil platôs*. No primeiro tomo de *Capitalismo e esquizofrenia*, “a disjunção revolucionário/fascista é usada para discriminar entre as tendências amplas de desterritorialização e reterritorialização” (Land, 2012, p. 277). Já em *Mil platôs*, escreve Land, o Nacional-Socialismo começa a ser tratado não apenas como caso particular do fascismo, mas como dotado de um funcionamento específico que o distingue do fascismo considerado de forma mais geral. Com efeito, afirmam Deleuze e Guattari que

A análise de Paul Virilio parece-nos profundamente justa quando ele define o fascismo não pela noção de Estado totalitário, mas pela de Estado suicidário: a guerra dita total aparece aí menos como o empreendimento de um Estado do que de uma máquina de guerra que se apropria do Estado, fazendo passar através dele o fluxo de guerra absoluta que não terá outra saída senão o suicídio do próprio Estado (Deleuze; Guattari, 2015, pp. 124-125).

O “suicídio do próprio Estado” corresponde, por exemplo, ao movimento pelo qual, nas palavras de Deleuze e Guattari, Hitler envia seu último telegrama aos generais nazistas, ao final da Segunda Guerra, Telegrama 71, “— *Se a guerra está perdida, que*

---

uma explicação freudiana (tardia) de pulsões tanatrópicas básicas. A guerra não é o parasita da produção, menos ainda seu instrumento. A guerra é, na verdade, a prisioneira da produção; sua fonte reprimida de energia” (Land, 2005, p. 106). Vemos, nesse trecho, na forma da oposição guerra/indústria, a mesma dicotomia a ser mais tarde tratada, por Land, como sinônimo do par desterritorialização/reterritorialização, de *O anti-Édipo*.

<sup>18</sup> Tomemos a “desestratificação”, para os fins do presente argumento, como sinônimo de desterritorialização, na medida em que indica um dos efeitos do processo. Por exemplo, o corpo sem órgãos pode incluir o desfazimento do estrato do “organismo”, referido brevemente em nota acima.

*pereça a nação* — no qual Hitler decide somar seus esforços aos de seus inimigos para consumir a destruição de seu próprio povo, aniquilando os últimos recursos de seu habitat, reservas civis de toda natureza (água potável, carburantes, víveres, etc.)” (Deleuze; Guattari, 2015, p. 125).<sup>19</sup> Esse movimento é, como formula Land, “essencialmente suicida; utilizando o Estado como o instrumento de um irresistível impulso de morte” (Land, 2012, p. 278).

Voltando à oposição, referida acima, entre a desterritorialização que vai sempre mais longe, do *O anti-Édipo*, e a existência de uma desestratificação “imprudente”, de *Mil platôs*, Deleuze e Guattari escrevem que “qualquer desestratificação demasiado brutal corre o risco de ser suicida, ou cancerosa, isto é, ora se abre para o caos, o vazio e a destruição, ora torna a fechar sobre nós os estratos, que se endurecem ainda mais e perdem até seus graus de diversidade, de diferenciação e de mobilidade” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 232). O modelo suicidário, apresentado no contexto político do fascismo, é identificado como um dos riscos da desterritorialização imprudente, o que se manifesta também nas figuras da morte física ou psíquica (Deleuze; Guattari, 2015, p. 26). O segundo volume de *Capitalismo e esquizofrenia* não apenas se furta à apologia da desterritorialização irrestrita, como evoca constantemente a *prudência* necessária a todo processo de desterritorialização. Na interpretação de Land, o destaque dado à prudência indica uma virada deleuzo-guattariana a certo conservadorismo.<sup>20</sup> A oposição simples entre uma desterritorialização e uma reterritorialização conservadora dá lugar, em *Mil platôs*, ao acréscimo de uma terceira categoria: uma desterritorialização conservadora, fascista e suicida, que se prolonga na reivindicação da “prudência”. Como escreve Land,

---

<sup>19</sup> Cumpre observar que há uma inconsistência na leitura de Land a respeito da categorização do Nacional Socialismo no interior da análise de Deleuze e Guattari. A distinção feita pelos autores não é entre a molaridade do fascismo e a linha de morte do Nacional-Socialismo, mas, antes, entre o totalitarismo, que é tratado como “assunto de Estado: concerne essencialmente a relação do Estado como agenciamento localizado com a máquina abstrata de sobrecodificação que ele efetua” (Deleuze; Guattari, 2015, p. 123), que engloba o estalinismo e outras ditaduras de caráter militar, o que inclui as de Mussolini e de Hitler; e o fascismo, que pode formar Estados totalitários, mas não se reduz a eles (Ibidem, p. 100). O fascismo, por sua vez, é que se caracteriza pelo aspecto “suicidário”, “inseparável de focos moleculares, que pulam e saltam de um ponto a outro, em interação, antes de ressoarem todos juntos no Estado nacional-socialista” (Idem). Em contraste com o que escreve Land, tanto o caso alemão quanto o caso italiano são tratados tendo em vista o elemento suicida em seu âmago, que é o que, segundo Deleuze e Guattari, marca o fascismo. O termo “fascismo”, no entanto, é atribuído, de modo indistinto, tanto ao caso italiano quanto ao alemão.

<sup>20</sup> “Se apegue aos fluxos moleculares e você se tornará como Hitler” (Land, 2012, p. 279).

Qualquer política que tem de se policiar perdeu todo ímpeto esquizoanalítico e reverteu para a triste reforma baseada em interesses de grupo [*interest-group-based*] que caracteriza a leal oposição ao capital através de sua história. Sua desterritorialização deve ser tratada como suspeita, o dissenso passa a se encontrar no papel conservador de regenerar uma faculdade de censura moral, ocupando um espaço de acusação. [...] Não é exagero sugerir que a teoria de um “feito buraco negro” ou de uma “desestratificação abrupta demais” ameaça prejudicar e domesticar a enorme conquista do trabalho conjunto de Deleuze e Guattari (Land, 2012, p. 280).<sup>21</sup>

A crítica de Land a Deleuze e Guattari, pode ser, então, grosso modo, resumida pela expressão segundo a qual a “revolução não é um dever, mas uma rendição” (Land, 2012, p. 287). De um ponto de vista conceitual, as nuances da dinâmica entre a desterritorialização e a reterritorialização são substituídas, por Land, pelo arranjo dicotômico de “processos maquínicos” que são “ou ciberpositivo-nômades, com um resultado desterritorializante, ou cibernegativo-sedentários, com um resultado reterritorializante” (Land, 2012, p. 330).

Contra a prudência de Deleuze e Guattari, o elogio landiano da desterritorialização irrestrita toma a forma de uma *jouissance* tanatrópica, espécie de gozo da aproximação do abismo e do colapso, que, mais tarde, transmuta-se na apologia do capitalismo pela qual Land é conhecido.<sup>22</sup> Nesse contexto, o capitalismo é compreendido como uma força inumana que utiliza a humanidade a título de um apêndice maquínico; hospedeira descartável da construção do corpo monstruoso do Capital. Como o Exterminador do Futuro, transportado ao passado para garantir a dominação futura das máquinas, o capitalismo tem por única função sua expansão voraz, e nos utiliza como próteses em seu movimento expansivo (Land, 2012, p. 338). O único possível futuro da humanidade se torna a fusão maquínica com o corpo sem órgãos do capitalismo. Nos termos de Land, o verdadeiro conflito seria entre a “imunopolítica” da humanidade, orientada à manutenção de seu limitado Sistema de Segurança, e as insurgências dos ciborgues e andróides vindos do futuro. Dado esse cenário, na demonologia landiana, a revolução em curso não seria para os humanos:

---

<sup>21</sup> Momento que é igualado por Land também à tendência mais geral do cristianismo, conforme sua leitura, a partir de Bataille, em *Shamanic Nietzsche*: “O cristianismo - a ‘religião’ moral exemplar – ‘substituiu o suicídio lento’ e a representação (crença) pelo contato xamânico com a interrupção zero, mas com a (re)emergência da recorrência niilística, a cautela, a prudência e todo tipo de ‘preocupação com o tempo vindouro’ é restaurado à sem sentido do ‘ruído’ cósmico” (Ibidem, p. 218).

<sup>22</sup> Sobre isso, conferir o texto publicado por Land em 2013 em defesa de uma posição “neo-reacionária”, texto que marca uma ruptura relativa com o tom de seus trabalhos anteriores em favor de uma defesa explícita do capitalismo e de uma noção idiossincrática de um Iluminismo “invertido”: Land, Nick. *The Dark Enlightenment, by Nick Land*. Disponível em: <<https://www.thedarkenlightenment.com/the-dark-enlightenment-by-nick-land/>>. Acesso em: 20/09/2024.

como afirma Jacques Camatte, o próprio Capital é o sujeito revolucionário desse processo (Camatte, 2014, pp. 131-146).<sup>23</sup>

Esta apologia da desterritorialização irrestrita, então, diz-se precisamente do caráter suicidário identificado por Deleuze e Guattari no fascismo. Se nos colocamos contra a prudência, abrimos espaço para que, nos termos de Deleuze e Guattari, uma linha de fuga se transforme em linha de abolição em uma desterritorialização por demais abrupta. Nesse sentido, a apologia da aceleração do movimento desterritorializante do capital se revela como tanatofilia suicidária. Diante da mudança climática produzida pelo capitalismo, este cenário se torna ainda mais grave.

### **Desterritorialização e reterritorialização em relação às naturezas extra-humanas**

A análise da defesa da radicalização da desterritorialização, tal como aparece em Nick Land, deve ainda ser lida sob a ótica da grande crise do tempo presente: a mudança climática antropogênica. Em que medida podemos articular os conceitos discutidos em *Capitalismo e esquizofrenia* para pensar a emergência climática? A fim de respondermos tal indagação, desenvolvemos a hipótese de que a desterritorialização é o elemento que nos permite compreender a expropriação capitalista de entes não humanos e, portanto, aquilo que, no modo de produção capitalista, torna-o insustentável e suicidário. Para tal, trabalharemos o pensamento de Deleuze e Guattari ao lado da análise marxista de Jason Moore (2015) acerca da relação entre naturezas extra-humanas e o capitalismo.

Jason Moore (2015) oferece uma análise de orientação marxista da relação entre acumulação capitalista, crise climática e tecnologia, situando seu argumento em uma crítica à dualidade moderna entre natureza/cultura. Essa dualidade, criticada por quase todos os principais pensadores que se debruçam sobre a crise climática, como Donna Haraway (2015), Latour (2020a), Karen Barad (2020), entre outros, para Moore, dá-se no seio do modo de produção capitalista. Sua análise parte do que ele denomina dupla

---

<sup>23</sup> Devemos distinguir, no contexto do pensamento landiano, a forma atual do capitalismo de sua forma futura, teorizada pelo autor: “apenas o proto-capitalismo foi criticado” (Land, 2012, p. 340). Na mesma linha, escreve Land que “se, a essa altura, o aceleracionismo parece ser um projeto impossível, é porque a apreensão teórica da hiperinteligência teleoplética [do capitalismo] não pode ser realizada por outra coisa que não seja ela mesma” (Land, 2014, p. 520).

interioridade: o capitalismo estaria na teia da vida e seria constitutivo de uma certa natureza histórica na qual temos a oposição entre natureza e cultura (Moore, 2015). Esta dualidade abstrata, que opõe a passividade inerte de uma suposta natureza ao campo da agência e da liberdade humanas, seria uma construção ontoepistemológica<sup>24</sup> da modernidade capitalista. Além disso, uma tal dualidade opera na exploração de humanos e não humanos – o que coaduna a análise de Latour (2020a). Apesar do binarismo natureza/cultura ser construído historicamente, a dualidade natureza/cultura é concreta em seus efeitos na medida em que é coextensiva ao modo de produção capitalista e à sua violência. Escreve Moore:

eles [a Sociedade e o Natural] enquanto oposição *são violentos*, no sentido de que eles abstraem um excesso de realidade em prol de clareza conceitual. E eles são *reais*, no sentido de que a Sociedade e o Natural são de fato forças operativas, tanto nas nossas estruturas de conhecimento quanto nas relações capitalistas atualmente existentes de poder e produção” (Moore, 2015, p. 27).

Para Moore, o capitalismo, na composição da mercadoria, requer aquilo que ele denomina *natureza barata*: um influxo de matéria-prima, energia, comida e trabalho expropriado a um custo o mais próximo possível do zero. A “natureza barata” se constitui epistemologicamente sob o signo da dualidade natureza/cultura, situando-se no pólo da “natureza” que passa a ser concebida instrumentalmente como recurso. Na terminologia marxiana de Moore, a natureza barata, assim constituída, consiste no *capital circulante*. Marx defendia que o modo de produção capitalista, na produção do circuito da mercadoria, produz este valor mesmo através da apropriação do trabalho não pago ao trabalhador sob a forma do salário, o denominado mais-valor. Neste sentido, Moore (2015) desenvolve a noção marxista de que a exploração, implicada na forma do mais-valor, requer uma *apropriação* de trabalho que não entra, diretamente, na retribuição laboral, tal como os das naturezas extra-humanas, o trabalho reprodutivo das mulheres e o trabalho dos escravizados nas colônias. Trata-se de um componente material que é responsável pelo ganho de produtividade do trabalho, assim como pela produção de valor na acumulação capitalista.<sup>25</sup> Temos, deste modo, por um lado, o

---

<sup>24</sup> Concebemos o conceito de ontoepistemologia conforme trabalhado por Ferreira da Silva (2022) em sua análise da modernidade capitalista: trata-se daquilo que estrutura tanto a concepção sobre o ser/realidade como o modo pelo qual se constrói os meios pelos quais ela se torna conhecida. Por um lado, uma configuração ontológica acerca da realidade/ por outro, uma construção epistemológica dos saberes que descrevem desta realidade.

<sup>25</sup> Denise Ferreira da Silva, reportando-se ao colonialismo e à escravidão, argumenta de forma aparecida quando situa na constituição da mercadoria a necessidade da expropriação completa do outro racializado: “No trabalho assalariado, ocorre uma apropriação parcial do valor criado (exploração) que se dá sob

trabalho *explorado* através da apropriação de mais-valor e, por outro, o trabalho (humano e não humano) *expropriado* como condição constitutiva da exploração. Nancy Fraser, argumentando de forma próxima a Moore, coloca muito bem a relação entre exploração e expropriação:

A exploração transfere valor para o capital sob o disfarce de uma livre troca contratual [...]. Na expropriação, por contraste, o capitalismo dispensa todas estas sutilezas em favor da bruta confiscação do espólio dos outros, no qual eles pagam muito pouco ou quase nada; afunilando terras, trabalho, minerais e/ou energia enlistados nas operações das suas firmas, ele reduz os custos de produção e aumentam o seu lucro. Assim, longe de se excluírem, expropriação e exploração trabalham lado a lado (Fraser, 2022, p. 15).

A necessidade de apropriação de fontes de natureza barata aporta crises recorrentes no modo de produção capitalista. De acordo com a lei da subprodução postulada por Marx, a partir da qual Moore argumenta, o lucro é inversamente proporcional ao valor da matéria-prima. Conforme sobe o valor da matéria-prima, a natureza barata se torna menos barata e o lucro tende a diminuir – o que Moore chama de *tendência do mais-valor ecológico a cair* (MOORE, 2014, p.121). O capitalismo, enquanto sistema de acumulação, de direito, ilimitado, produz círculos de escassez de recursos naturais – destruição de floresta, esgotamento de minas, exaustão dos solos etc. – que se expressam no aumento do peso relativo do capital circulante na mercadoria, produzindo uma diminuição dos lucros, gerando recessão e diminuindo a produtividade. A acumulação capitalista, assim, apresentaria sempre duas tendências: superprodução através do capital fixo e subprodução a partir do lado circulante do capital (os quatro baratos: “energia, comida, mercadoria, trabalho não pago”). Segundo Moore, as duas tendências são imanentes e apresentam uma relação dialética dentro da acumulação capitalista, produzindo crises cíclicas ao longo da sua história.

A cada crise, na análise de Moore (2015), o capital precisa de uma nova rodada de acumulação a partir de uma tríade de processos coligados – revoluções produtivas, revoluções científicas e colonialismo. Para nossos propósitos, o último processo é o mais relevante. Diante do esgotamento de determinada fonte de expropriação de natureza barata, o capitalismo se expande geograficamente à procura de novas fronteiras. Neste sentido, temos a necessidade constante de novas rodadas de *acumulação primitiva* – ponto que também é identificado por Povinelli (2021). Um tal

---

obrigações legais; no trabalho escravo, ocorre a apropriação do valor-total criado (expropriação) sob coerção física (ameaça de violência total) [...]” (Ferreira da Silva, 2019 p. 177).

processo de acumulação não seria relegado a um momento histórico pré-capitalista, como em Marx, mas seria constitutivo do próprio modo de produção capitalista na medida em que ele requer uma expansão de fronteiras a fim de impedir a queda do denominado mais-valor ecológico. O que apresenta, na análise de Moore, a necessidade de construção de saberes específicos, como a cartografia, que torna possível o mapeamento (estriamento) dos espaços. A expansão de suas fronteiras, como necessidade incontornável da produção capitalista apresenta assim um duplo eixo, vertical e horizontal: vertical no sentido de expansão da expropriação interna ao capitalismo; horizontal no sentido da expansão geográfica do domínio do capital:

A Grande Fronteira era interna tanto quanto externa. A apropriação de fronteiras ocorreu não só nas bordas externas do capitalismo, mas também no eixo 'vertical' da reprodução sócio-ecológica, em meio ao coração [Heartland] da mercantilização. Não apenas colônias, então, mas também o trabalho não pago das mulheres se torna sujeito (parcialmente) às zonas de mercantilização. [...] A lei secreta do valor está nesta síntese epocal: a exploração da força de trabalho e a apropriação não paga de trabalho/energia (Moore, 2015, p. 302).

Deste modo, o capitalismo apresenta a necessidade intrínseca, para a manutenção do círculo da exploração, da ampliação de horizontes, através do colonialismo e do imperialismo (Moore; Patel, 2018). O que estaríamos vivendo hoje, perante o agravamento acelerado da crise climática, é o esgotamento das fontes de natureza barata e a consequente ausência de um novo campo ou revolução tecnológica capaz de inaugurar um novo horizonte para a exploração. Em outras palavras, não parece haver campo possível além das fronteiras atuais do capitalismo. Ele já é planetário e, até o presente momento, a possibilidade de conquista espacial não deixa de ser uma fantasia – sintomática, por certo – mobilizada diante do esgotamento presente. Moore (2015), neste aspecto, identifica o aumento do valor das *commodities* no início do séc. XXI como forte indicativo deste esgotamento, que, somado ao aumento dos resíduos da produção industrial capitalista, engendra um impasse terminal.

É a partir deste ponto que gostaríamos de partir em nossa análise. Deleuze e Guattari escrevem que o capitalismo desloca incessantemente seus limites. Como vimos, o fator distintivo do modo de produção capitalista opera na descodificação generalizada dos fluxos e na sua conjugação (desterritorialização/reterritorialização). A descodificação dos fluxos requer uma expansão continuada em um duplo vetor – os dois vetores da Fronteira que vimos há pouco com Moore – que passa pelo interior do próprio capitalismo, mas também pela sua expansão geográfica ininterrupta;

descodificação de fluxos no centro capitalista e sua difusão em direção a novos horizontes de descodificação. É necessário desterritorializar e descodificar novos fluxos para que deles sejam feitos axiomas, o que, seguindo Moore, podemos qualificar como movimento de expansão através da desterritorialização. Moufawad-Paul (2011), em uma leitura que aproxima Deleuze e Guattari do trabalho de Samir Amin, argumenta que o conceito de desterritorialização comporta a acumulação primitiva, o imperialismo e a construção ideológica das elites capitalistas.<sup>26</sup> Quanto ao primeiro aspecto, Deleuze e Guattari (2010), seguindo Marx, identificam, na origem europeia do modo de produção capitalista, a conjugação dos fluxos desterritorializados de capital com o do trabalho descodificado pelo cercamento dos campos. O ponto da leitura de Moufawad é frisar, em consonância com o que vimos a partir de Moore (2015), que os processos que caracterizam o capitalismo não se restringem a um momento histórico singular e à Inglaterra do século XVIII, mas são constantemente retomados na construção de um sistema capitalista global.

Neste sentido, o imperialismo é a desterritorialização (compensada com a reterritorialização axiomática) necessária e constante do modo de produção capitalista no seu movimento paradoxal de afastamento e aproximação em relação a seus próprios limites. A desterritorialização capitalista tem como horizonte o global no sentido mesmo em que repele as suas fronteiras. Se a conjugação primária dos fluxos descodificados requer a descodificação do trabalho, a formalização axiomática monetária e a desterritorialização do próprio Estado, podemos, ao analisar o pensamento de Deleuze ao lado de Moore, pensar que esta descodificação também se dá em direção às naturezas extra-humanas, que são abstraídas da sua natureza qualitativa e diferencial - como aparecem por exemplo, nas “sociedades primitivas” descritas por Deleuze e Guattari (2010; 2015) - na construção ontoepistemológica da natureza barata sob a égide da equivalência universal abstrata (axiomática). O capitalismo se desterritorializa desterritorializando e descodificando as relações sociais não capitalistas, ao lado das naturezas não humanas e do trabalho humano não pago, para, em seguida, articulá-las em uma axiomática. A expropriação, assim, dar-se-ia na desterritorialização capitalista e na sua reterritorialização axiomática na forma da mercadoria e da exploração de mais-valor. Expropria-se na desterritorialização para que, em um movimento sempre

---

<sup>26</sup> O terceiro aspecto remete precisamente aos aspectos “ideológicos”, por assim dizer, da globalização assim como do neoliberalismo (Moufawad-Paul, 2011).

conjugado, reterritorialize-se na axiomática (mercadoria, trabalho assalariado, etc.) em um horizonte geográfico de contínua expansão. Neste sentido, o imperialismo e o colonialismo não podem ser relegados a um momento passado da acumulação capitalista, *mas devem ser identificados ao capitalismo em si mesmo*.

Deste modo, o modo de produção capitalista reinscreve perpetuamente a acumulação primitiva – ou a catástrofe ancestral, para usarmos o termo de Povinelli (2022)<sup>27</sup> – no mesmo movimento em que se torna global instaurando a própria globalidade neste movimento. A partir destes elementos, podemos entender a passagem de *O anti-Édipo* em que Deleuze e Guattari afirmam que o desejo capitalista se dá “na relação diferencial dos fluxos sem limite exterior assinalável, e onde o capitalismo reproduz os seus próprios limites imanentes numa escala cada vez mais ampliada, cada vez mais englobante” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 318). Este caráter englobante não é nada senão o horizonte circunscrito pelo imperialismo e pelo colonialismo, como fatores intrínsecos ao modo de produção capitalista.

Portanto, a descodificação, como vimos, está relacionada a uma axiomática abstrata, que, no capitalismo, substitui os processos de codificação e sobrecodificação de regimes sócio-políticos e simbólicos anteriores. As naturezas extra-humanas são axiomatizadas através de um mecanismo que tende à fronteira, onde se descodifica, para, em seguida, serem inventados axiomas que conjugam os fluxos decodificados. As existências não humanas são desterritorializadas e descodificadas para, neste mesmo movimento, serem axiomatizadas sobre as múltiplas formas em que se tornam apropriáveis pela máquina capitalista mundial. Nesse processo de apropriação, intervém diversos saberes, tanto quanto a violência colonial direta na expropriação. Por exemplo, temos, na cartografia, seguindo Moore (2015), um elemento constitutivo central para o colonialismo: a partir deste saber, há um estriamento do espaço liso na invenção de uma representação abstrata da terra desterritorializada, que permite a conquista violenta do território e, neste sentido, a sua inscrição sob a forma da propriedade privada.

Neste ponto, devemos trazer a noção de *natureza social abstrata*, desenvolvida na análise de Moore (2015). Em paralelo ao trabalho social abstrato identificado por

---

<sup>27</sup> O conceito de catástrofe ancestral é formulado a fim de demonstrar que a catástrofe ambiental não está em um futuro por vir, mas está presente desde já no modo de produção capitalista na medida em que ele se articula necessariamente ao colonialismo. A catástrofe do fim do mundo moderno industrial seria, assim, a catástrofe da perda de mundo que os povos autóctones das diferentes regiões do planeta teriam sofrido nos últimos séculos (Povinelli, 2021).

Marx enquanto fonte de valor, o capitalismo guardaria uma natureza social abstrata que corresponde ao conjunto de processos através do qual o Estado e o capitalismo identificam e quantificam as naturezas humanas e extra-humanas a serviço da acumulação de capital. A concepção da natureza como algo externo e em oposição ao campo da cultura e sociedade se situa precisamente aqui. É a partir desta axiomatização que, na modernidade, consolida-se a ideia da natureza como mero recurso passivo a ser apropriado sem custo. A natureza social abstrata é o componente ontoepistemológico que torna possível e informa a expropriação capitalista; a natureza enquanto mapeada e quantificada, disponível à apropriação humana – nos termos de Deleuze e Guattari, axiomatizada.

No esquema acima descrito, o Estado apresenta uma função central. Em uma análise desenvolvida no seio da conceptualização de Moore, Parenti (2016) argumenta que é o Estado o principal responsável pela expropriação necessária ao Capital. É ele que garante a apropriação de natureza barata, a apropriação de terras e recursos: “[...] a territorialidade do Estado moderno entrega a natureza não humana para a acumulação de capital através dos seus regimes de propriedades sediados, da sua produção de infraestrutura, e das suas práticas intelectuais e científicas que tornam a natureza não humana legível e, assim, acessível” (Parenti, 2016, p. 167). Na análise de Parenti, o Estado é o que estabelece o território e, portanto, o controle sobre os recursos humanos e extra-humanos no território assim constituído. Não obstante, argumentamos que ele também opera na colonização de modo a servir à desterritorialização continuada do capitalismo. Por um lado, a função de territorialização inscreve nos seus regimes de propriedade o que foi expropriado; por outro lado, o Estado ele próprio é subsumido à expansão desterritorializante no colonialismo e no imperialismo, de modo a realizar a expropriação daquilo que é, assim, axiomatizado.

Assim podemos entender a dimensão ecológica do capitalismo a partir da leitura conjugada da obra de Moore e de Deleuze e Guattari. A necessidade de novas fontes de expropriação corresponde à necessidade de desterritorializações sucessivas; o capital reterritorializa sob a forma de mercadoria o que desterritorializou em suas fronteiras – aqui, temos uma relação intrínseca entre capital e colonialismo. Neste ponto, intervém a criação de axiomas que reterritorializam os fluxos descodificados, processo em que o Estado tem uma função central. Ele opera na desterritorialização colonial do capitalismo, que condiciona a invenção da axiomática, disponibilizando os elementos

constitutivos das naturezas extra-humanas como natureza barata. Diante da crise do momento presente, cabe, por fim, propor uma hipótese acerca do modo como o Capital tem operado diante dele.

### **Conclusão: desterritorializar quando não há mais mundo**

A crise climática, como vimos com Moore, expressa a indisponibilidade crescente de novos horizontes de expansão e expropriação. Igualmente, podemos entendê-la como uma desestratificação dos fluxos bio-geo-químicos da Terra, da atmosfera aos oceanos, operada pelo capitalismo. Como vimos, as noções de reterritorialização e de desterritorialização, assim como as de codificação e de descodificação, não se restringem à política humana, mas tem alcance metafísico mais geral. O “devir louco das propriedades biogeofísicas da Terra” (Danowski; Viveiros de Castro, 2014, p. 24) pode, portanto, ser compreendido como uma desterritorialização generalizada realizada pelo modo de produção capitalista. A metaestabilidade do clima planetário – o que Lovelock e Margulis (1974) chamam de Gaia – se encontra desestratificada pelo modo de produção capitalista nos seus movimentos conjugados de desterritorialização e de reterritorialização, assim como por seus colonialismos e imperialismos. Seria possível a invenção de novos axiomas capazes de darem conta da conjugação dos fluxos assim descodificados? O capitalismo sustentável e as promessas redentoras de novas tecnologias, assim como as tentativas globais de gerência da crise e redução das emissões de gases de combustíveis fósseis, podem também ser lidos como tentativas de axiomatização capitalista. O mercado de créditos de carbono parece exemplar neste aspecto: trata-se de atribuir valor monetário quantificável às emissões de carbono, na esperança de inscrever o gerador principal da crise no mercado mundial integrado. Seria este tipo de medida suficiente?

Tad Delay (2024) demonstra de forma exaustiva como as supostas soluções descritas podem ser tomadas como uma forma de negacionismo. Das tecnologias de captura de carbono aos planos de geoengenharia, contemporaneamente, nada seria capaz de mudar a matriz energética, tampouco de permitir um crescimento sustentável – que, segundo Delay (2024), revela-se simplesmente insustentável pela sua necessidade de prosseguir ao infinito. Pólos da axiomática como o mercado de crédito de carbono e as

promessas dos fóruns mundiais não lograram êxito e o ano de 2023 já ultrapassou 1,5 grau de aumento da temperatura média planetária (BBC, 2024). Assim, ao que tudo indica, os novos axiomas mobilizados diante da desterritorialização dos ciclos bio-geo-físico-atmosféricos do planeta não estão conseguindo reterritorializar o suficiente aquilo que o capitalismo desterritorializou e prossegue desterritorializando.

Bruno Latour (2020b) defende que, diante da consciência crescente da inviabilidade do modo de produção capitalista perante a crise climática, as elites mundiais decidiram nada fazer. Ou melhor: decidiram radicalizar a expropriação da terra e do trabalho, o que, para Latour explica a ascensão hegemônica do neoliberalismo. Como prova, Latour aponta a desregulação das relações de trabalho e o aumento das emissões de gases do efeito estufa mesmo diante do consenso científico sobre o aquecimento global de origem antropogênica. Se, para Moore, o capitalismo não conseguiu, através da esperada revolução biotecnológica, produzir novas fontes de natureza barata – o que se expressa no valor crescente das commodities no séc. XXI –, e, se para Latour, o neoliberalismo é uma opção das elites em radicalizar a expropriação e exploração da terra e do trabalho, conjugando os dois pensadores, podemos pensar o neoliberalismo como uma tentativa de escavação de novas fronteiras no duplo vetor que vimos com Moore – o que, em termos deleuzo-guattarianos, podemos considerar como sendo um novo movimento de desterritorialização. Sibertin-Blanc (2013) argumenta que o neoliberalismo é uma forma de arque-neoliberalismo, na medida em que repete uma acumulação primitiva que, tal como a fronteira de Moore, é interna ao centro do capitalismo tanto quanto se dá na sua periferia. Povinelli (2022) não está muito distante quando argumenta que o liberalismo tardio é tal como o próprio capitalismo em sua feição colonial, funcionando a partir da expropriação irrestrita das naturezas humanas e extra-humanas. Conjugando a reflexão de Sibertin-Blanc com a de Latour e a de Povinelli, tudo se passa como se uma nova rodada de acumulação primitiva desterritorializante se colocasse perante a crescente impossibilidade de axiomatização das naturezas extra-humanas e os efeitos deletérios do capital sobre a biosfera. Se seguirmos ainda Latour, quando afirma que as elites resolveram apenas radicalizar a expropriação, a desterritorialização radicalizada no neoliberalismo pode ser compreendida como uma tentativa de sustentação da acumulação capitalista diante dos limites planetários que se opõem, agora, ao movimento de deslocamento perpétuo da fronteira capitalista. A opção das elites, vale dizer, seguindo o referencial defendido ao

longo do texto, não seria propriamente uma “opção”, mas a resultante da operatória maquínica do modo de produção capitalista, funcionando independentemente da volição das elites enquanto composta por pessoas singulares. Deste modo, a limitação geográfica, a limitação de recursos, a impossibilidade de reterritorialização do clima desterritorializado, são respondidas por um movimento de aceleração da desterritorialização e da descodificação que procura escavar novas fronteiras de acumulação.

A consideração acima se aproxima do que Latour (2020b) chama de *fuga-do-mundo*, um dos atratores que, segundo ele, reconfiguram as coordenadas políticas no Antropoceno. Esta fuga-do-mundo, segundo nossa perspectiva, é uma tentativa de desterritorialização acelerada. Temos aqui, em consonância com a desterritorialização neoliberal, o imaginário do Vale do Silício, com suas fantasias de colonização espacial, que, segundo o argumento de Latour (2020a, 2020b), indicam a opção das elites mundiais de “construir castelos dourados” para si enquanto os demais são deixados para trás. Trata-se, esquematicamente, de acelerar o movimento capitalista face aos seus limites planetários, acelerando assim, a sua desterritorialização. A contradição entre o capitalismo e a biosfera, então, dentro da lógica, a um só tempo, econômica e desejante do *socius*, conforme o horizonte conceitual de Deleuze e Guattari, é respondida por uma procura contínua de novos horizontes em desterritorializações ampliadas: *business as usual*<sup>28</sup>. Ora, é verdade que, para Deleuze e Guattari, a lógica da desterritorialização capitalista impõe a necessidade de reterritorializações subsequentes. No entanto, tendo em vista as atuais condições, é preciso questionar as condições materiais do novo ciclo reterritorializante pressuposto. Afinal, o capitalismo segue tentando radicalizar o vetor de desterritorialização implicado na crise climática.

É interessante como Latour (2020b) identifica no trumpismo (o que, por certo, também vale para outras extremas-direitas) um movimento de fuga-do-mundo paradoxalmente coligado a um retorno ao solo. Por um lado, valendo-se de um negacionismo climático, há a fuga adiante na retomada da orientação moderna (capitalista) de um desenvolvimento infinito e de acumulação irrestrita. Por outro lado, a fuga-do-mundo – e só pode ser uma *fuga*, na medida em que desconsidera a própria

---

<sup>28</sup> O termo *business as usual* foi utilizado nas projeções do futuro econômico do planeta no célebre “Os limites do crescimento” dos anos 80. Ele indica a simples continuação do crescimento em detrimento das consequências; em 2022, a atualização dos dados indicou que este modelo se revelou o mais acurado ao indicar que, de fato, a insustentabilidade do crescimento econômico ilimitado foi propriamente ignorada.

Terra em sua irrupção como agente histórico<sup>29</sup> – se volta para um ideal mitologizado da nação; para uma figuração arcaica do território. Esta conjugação pode ser lida como uma radicalização ou aceleração do par desterritorialização/reterritorialização. A desterritorialização neoliberal sendo, ou almejando ser compensada por uma reterritorialização étnico-nacional. Desterritorializar no neoliberalismo e reterritorializar na extrema-direita. Naturalmente, esta reterritorialização não poderá responder à catástrofe que vem; antes, aumenta seus efeitos na medida em que *acelera* o movimento mesmo que a causou. Um caminho impossível, dado que antagoniza com os limites planetários,

É nesse sentido que podemos entender o alinhamento de Land à extrema-direita contemporânea, conforme claramente expresso em *Dark Enlightenment* (2013). A radicalização da desterritorialização no neoliberalismo é tanatológica: trata-se de radicalizar um movimento suicidário, dado que nada indica que as tentativas de reterritorialização via axiomática irão lograr o devido êxito. Como colocam Danowski e Viveiros de Castro, “a aceleração intencional da máquina capitalista, posta como solução de nossa presente miséria antropológica, encontra-se em uma situação de contradição objetiva com uma outra aceleração *nada* intencional, o implacável processo de retroalimentação positiva das transformações ambientais deletérias para o *Umwelt* da espécie.” (Danowski; Viveiros de Castro, 2014, p. 77). Acelerar a desterritorialização capitalista é, deste modo, uma aposta tanatológica. A promessa de uma fuga-do-mundo através do imaginário ideológico – e Moufawad-Paul (2011) identifica na ideologia capitalista contemporânea uma figura de desterritorialização no discurso sobre a integração mundial dos mercados -- não é apenas uma mentira, mas a derivativa do desejo, que instaura o modo de produção capitalista, assim como é instaurado por ele. A promessa de fuga-do-mundo, tal como a máquina desejante que lhe dá substrato, redobra o problema em uma tanatofilia suicidária.

A partir do que vimos ao longo deste trabalho, podemos concluir que 1) a desterritorialização, na análise do capitalismo de Deleuze e Guattari, corresponde a um horizonte de expropriação continuada, operando no colonialismo e no imperialismo, assim como na destruição ecológica; 2) a axiomatização corresponde à inscrição dos fluxos descodificados (humanos e não humanos) sob uma forma quantificável apta à

---

<sup>29</sup> Quanto à irrupção do planeta como agente histórico, cf. Chakrabarty, 2021.

expropriação, que funciona como coeficiente de reterritorialização; 3) a crise climática coloca um limite ao modo de produção capitalista, na medida em que revela o esgotamento das fronteiras de desterritorialização; e 4) a opção pela radicalização dessa desterritorialização, no aceleracionismo de Land, expressa um movimento tanatofílico suicidário como correlato filosófico da desterritorialização, posta em movimento face à mudança climática. Deste modo, a aceleração da desterritorialização, à revelia da prudência, é um processo global, já em curso, de suicídio do próprio mundo capitalista.

### Referências

ANDREWS, Kehinde. *A nova era do império: como o colonialismo e o racismo ainda dominam o mundo*. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

AVANESSIAN, Armen; MACKAY, Robin (eds.). *#Accelerate: The Accelerationist Reader*, Falmouth: Urbanomic, 2014.

BARAD, Karen. Performatividade queer da natureza. Tradução de Jorge Marçal e Thiago Ranniery. *REBEH*. Online, v.3, n.11, pp. 300-347, 2020.

BUCHANAN, Ian (ed.). *A Deleuzian Century?* Durham e Londres: Duke University Press, 1999.

BUCHANAN, Ian. *Deleuze and Guattari's Anti-Oedipus: A Reader's Guide*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. *The climate of history in a planetary age*. Chicago e Londres: Chicago University Press, 2021.

DA VEIGA, Ádamo. O Fascismo Transindividual. *Trans/Form/Ação*, v. 45, n. 01, pp. 1-25, Jan-Mar 2022.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo. Viveiros de. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Desterro: Cultura e Barbárie: Instituto socioambiental, 2014.

DELAY, Tad. *Future of Denial: The Ideologies of Climate Change*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2024.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. 2 ed. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Tradução de Luiz B. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Dois regimes de loucos*. Tradução de Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs 1*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs 3*. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. São Paulo: Editora 34, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2017.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA DA SILVA, Denise. *A dívida impagável*. Tradução de Amilcar Packer e Pedro Daher. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FERREIRA DA SILVA, Denise. *Homo modernus: para uma teoria global da raça*. Tradução de Jess Oliveira e Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

FRASER, Nancy. *Capital Cannibalism: How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet and What We Can Do about it*. Londres/ Nova York: Verso, 2022.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUÉRON, Rodrigo. *Capitalismo, desejo e política: Deleuze e Guattari lêem Marx*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

HARAWAY, Donna. *Staying With the Trouble: Making Kin in the Chtchulucene*. Durham e Londres: Duke University Press, 2016.

HERRINGTON, Gaya. Update to limits to growth: Comparing the world3 model with empirical data. *Journal of Industrial Ecology*, v.1. n.1, pp. 1–13, Novembro de 2020.

JAMESON, Fredric. *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1983.

LAND, Nick. *Fanged Noumena: COLLECTED WRITINGS - 1987-2007*. Falmouth: Urbanomic, 2012.

LAND, Nick. *The Dark Enlightenment, by Nick Land*. Disponível em: <<https://www.thedarkenlightenment.com/the-dark-enlightenment-by-nick-land/>>. Acesso em: 20/09/2024.

LAND, Nick. *The Thirst for Annihilation: Georges Bataille and Virulent Nihilism (An Essay in Atheistic Religion)*. Routledge: Londres e Nova Iorque, 2005.

LAPOUJADE, David. *Deleuze: os movimentos aberrantes*. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1, 2015.

LATOURE, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Tradução de Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b

LATOURE, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu, 2020a.

LOVELOCK, James; MARGULIS, Lynn. Atmospheric homeostasis by and for the biosphere: the gaia hypothesis. *Tellus*, v. 17, n. 1-2, pp 1-9, 1974.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2015.

MOORE, Jason W.; PATEL, Raj. How the chicken nugget became the true symbol of our era. *The Guardian*. Online, pp. 1-12, 9 de Maio de 2018.

MOUFAWAD-PAUL, Joshua. Deterritorialization and Imperialism. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/235763902/Deterritorialization-and-Imperialism-JMoufawad-Paul>. Acesso em: 20/09/2024.

MEADOWS, Donella H.; Meadows, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Williams W. *The Limits to growth: a report for the club of Rome's project of the predicament of mankind*. Nova Iorque: Universe Book, 1972.

NAIL, Thomas. *Returning to revolution: Deleuze, Guattari and Zapatismo*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2012.

OVERY, Stephen. *The genealogy of Nick Land's anti-anthropocentric philosophy: a psychoanalytic conception of machinic desire*. Tese de doutorado em filosofia – Philosophical Studies, Universidade de Newcastle, Newcastle, 2015.

PARENTI, Christian. Environment-Making in the Capitalocene: Political Ecology of the State. In: MOORE, Jason W. (Ed.). *Anthropocene or capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: Kairós, 2016.

POVINELLI, Elizabeth. *Between Gaia and Ground: Four Axioms of Existence and the Ancestral Catastrophe of Late Liberalism*, Durham e Londres: Duke University Press, 2021.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. *Politique et État chez Deleuze et Guattari: Essai sur le matérialisme historico-machinique*. Paris: PUF, 2013.

ZOURABICHVILLI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

---

Recebido em: 30/09/2024

Aprovado em: 01/02/2025